



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PARECER ACERCA DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO BOJO DO OFÍCIO Nº 376/2026. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “BRUNO GARCIA”, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE O EVENTO “FESTIVAL DE INVERNO DE GARANHUNS”. LEGALIDADE. ART. 74, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/21. DECRETO Nº 049/2023. **POSSIBILIDADE.**

I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante dispõe o art. 4º, inc. I, e 6º, inc. I da Lei Ordinária Municipal nº 5.148, de 14 de dezembro de 2023, incumbe ao Procurador Geral **a emissão de pareceres sobre o interesse da municipalidade**, assessorando juridicamente as secretarias e demais órgãos da administração direta do Município.

A vista disso, o parecer jurídico, nas palavras de Hely Lopes Meirelles¹, consiste em um ato enunciativo cujo teor, neste caso, se limita a emitir uma opinião sobre determinado assunto, sem que haja vinculação ao seu conteúdo.

Assim sendo, incumbe à Procuradoria Geral – órgão este representado pelo Procurador Geral – a emissão deste ato administrativo, nos termos do requerimento formulado.

Neste sentido, este parecer é emitido sob o prisma estritamente jurídico, abstendo-se de adentrar à análise da conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração. Além disso, evita-se a análise de aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa relacionados a valores e quantitativos, em virtude de carecer de competência para tal desiderato. Ademais, é imperativo destacar que este parecer ostenta caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão desta Procuradoria.

II – DOS FATOS

A Procuradoria Geral do Município de Garanhuns foi formalmente provocada pela Secretaria Municipal de Cultura, por intermédio de sua representante, a Sra. Sandra Cristina

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro** – 42. ed. – São Paulo: Malheiros, 2016.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigues Albino, para proceder à análise jurídica e emissão de parecer acerca da viabilidade de **Contratação Direta**, mediante **Inexigibilidade de Licitação nº 094/2026**, no bojo do **Processo Administrativo nº 101/2026**, conforme solicitação veiculada no **Ofício nº 376/2026**.

Consoante informações descritas nos autos, a Secretaria solicitante possui a intenção de realizar a contratação do espetáculo "**O Que a Cena Quer?**", protagonizado por **Bruno Garcia**, para compor a programação do Festival de Inverno de Garanhuns – FIG 2026. Segundo enfatizado na documentação anexa, a escolha da atração fundamenta-se em seu reconhecido valor artístico e cultural, aliado à relevância de sua proposta cênico-pedagógica, à qualidade de sua concepção artística e à ampla trajetória profissional de seu idealizador, características que o qualificam como atração plenamente compatível com a programação do evento.

Nesse tocante, destaca-se que a contratação do artista **Bruno Garcia** dar-se-á diretamente por intermédio da empresa **ORAMA PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **14.434.728/0001-36**, da qual o próprio artista é sócio, conforme comprovam pelos documentos societários acostados aos autos, circunstância que evidencia que a contratação se realiza diretamente com pessoa jurídica vinculada ao próprio profissional do setor artístico, afastando a caracterização de mera intermediação eventual para evento específico e, conseqüentemente, a possibilidade de competição e a realização de procedimento licitatório. A exclusividade encontra-se devidamente comprovada por meio da documentação societária constante do processo, demonstrando que a representação, a gestão, a comercialização e a execução de seus espetáculos são realizadas diretamente por empresa de sua titularidade, em caráter permanente e contínuo, nos termos exigidos pelo art. 74, inciso II, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a Secretaria requisitante, o espetáculo apresenta uma proposta inovadora ao reunir exposição teórica e performance, por meio das quais **Bruno Garcia** compartilha o método de interpretação desenvolvido ao longo de mais de quatro décadas de atuação artística, promovendo uma verdadeira "conversa espetáculo" sobre o fazer teatral, os processos de criação cênica e a relação entre ator, cena e espectador. Destaca, ainda, que a montagem proporciona ao público uma experiência artística e formativa, contribuindo



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

significativamente para a difusão do conhecimento, o fortalecimento das artes cênicas, a valorização da produção teatral brasileira e a formação cultural do público. Segundo consignado nos autos, sua inclusão na programação do Festival de Inverno de Garanhuns – FIG 2026 reforça o compromisso da Administração Pública com a democratização do acesso à cultura, o intercâmbio de conhecimentos e o incentivo à valorização das artes cênicas.

Ainda conforme a justificativa acostada aos autos, a escolha da atração também se justifica pela reconhecida trajetória de **Bruno Garcia** no cenário artístico nacional. Conforme destacado pela Secretaria demandante, o artista possui carreira consolidada no teatro, na televisão e no cinema, acumulando mais de quatro décadas de atuação profissional, com participação em importantes produções das artes cênicas e do audiovisual brasileiro. Ressalta, ainda, que o espetáculo "**O Que a Cena Quer?**" constitui uma das produções mais representativas de sua trajetória recente, reunindo sua experiência como ator, diretor e autor em uma proposta que alia reflexão, compartilhamento de conhecimento e performance artística, sendo amplamente reconhecida pela qualidade de sua concepção e por sua relevante contribuição à difusão da linguagem teatral e à formação de público.

A Secretaria demandante assinala, por fim, que a consagração de Bruno Garcia evidencia-se por sua permanente atuação em importantes produções teatrais, cinematográficas e televisivas, pela ampla aceitação de seu trabalho junto ao público e à crítica especializada e pela relevante contribuição ao desenvolvimento e à valorização das artes cênicas brasileiras, fatores que lhe conferem credibilidade, elevada qualidade técnica e significativo valor cultural. Destaca, ainda, que a contratação do espetáculo "**O Que a Cena Quer?**" revela-se plenamente compatível com a tradição e a importância do Festival de Inverno de Garanhuns, contribuindo para o fortalecimento das artes cênicas, para a difusão do teatro brasileiro, para o intercâmbio de conhecimentos e para a oferta de uma programação cultural diversificada, acessível e de elevada qualidade artística.

No tocante à justificativa do preço, a Administração Pública adotou como critério de análise, considerando a natureza singular da contratação do espetáculo "**O Que a Cena Quer?**", protagonizado por **Bruno Garcia**, e a especificidade artística da montagem, especialmente por integrar a programação do Festival de Inverno de Garanhuns – FIG 2026, a verificação da composição analítica do valor apresentado pela futura contratada, diante da



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ausência de notas fiscais recentes de apresentações teatrais idênticas, circunstância justificada pelo fato de o artista ter permanecido, nos últimos anos, afastado dos palcos, direcionando sua atividade profissional predominantemente para trabalhos em televisão e cinema. Conforme consignado nos autos, tal circunstância não inviabiliza a comprovação da razoabilidade do preço, uma vez que a compatibilidade da contratação pode ser demonstrada por outros meios idôneos, inclusive mediante a análise da composição concreta dos custos envolvidos.

Ainda segundo a Secretaria solicitante, a composição do valor contratado é influenciada por variáveis objetivas inerentes à execução do espetáculo, destacando-se os custos relativos aos tributos incidentes sobre a contratação, à logística do artista e de sua equipe, à alimentação, à produção e equipe de trabalho, bem como aos cachês de autoria, direção e interpretação. Ressalta, ainda, que a contratação envolve apresentação em outro Estado da Federação, circunstância que repercute naturalmente em despesas de deslocamento, coordenação operacional e mobilização da equipe, além de contemplar a reconhecida trajetória profissional de **Bruno Garcia** no cenário artístico nacional, fatores que evidenciam a compatibilidade econômica do valor ofertado. Nesse contexto, procedeu-se à análise da memória de composição do preço apresentada pela futura contratada, a qual demonstra que o preço proposto decorre da soma de itens objetivamente identificáveis, evidenciando aderência entre o valor contratado e os custos específicos da execução do objeto.

Consoante informações constantes nos autos, o valor proposto para a contratação do espetáculo "**O Que a Cena Quer?**", protagonizado por Bruno Garcia, correspondente a R\$30.000,00 (trinta mil reais), encontra-se devidamente fundamentado em critérios objetivos e verificáveis, revelando-se razoável, proporcional e compatível com o objeto pretendido, considerando a composição analítica do preço, a natureza singular da contratação, a consagração do artista perante a opinião pública, a execução interestadual do espetáculo, em observância aos princípios da economicidade, da motivação, da eficiência e do interesse público.

Diante desse contexto fático, verifica-se que a contratação direta da atração encontra-se instruída e amparada nos elementos constantes dos autos, restando caracterizada a inviabilidade de competição, a consagração artística e a adequação do preço proposto, em



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

estrita observância ao disposto no art. 74, inciso II, e art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios que regem a Administração Pública.

Sob este aspecto, destaca-se, conforme descrito nos autos, que o pagamento seguirá os termos estabelecidos no contrato e as despesas provenientes deste procedimento serão suportadas por meio da dotação orçamentária anexa.

Nessa perspectiva, destaca-se que a Secretaria Municipal de Cultura busca efetuar essa contratação respaldada na Lei nº 14.133/21, combinado com o Decreto nº 049/2023. Esse respaldo legal, conforme evidenciado nos autos, é viabilizado mediante a manifestação expressa da autoridade competente, que, como observado nos documentos apresentados, encontra-se formalizada.

Isto posto, demonstra-se que os autos apresentados foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos, no que importa à presente análise, até o limite documental apresentado a esta Procuradoria Geral, nesta data.

Para subsidiar a análise do pedido, foi colacionada a documentação a seguir: **a)** Documento de Formalização de Demanda - DFD; **b)** Justificativa para ausência de Estudo Técnico Preliminar; **c)** Termo de Referência; **d)** Proposta detalhada da empresa; **e)** **Notas fiscais de contratações anteriores;** **f)** Contrato social e demais documentos da empresa; **h)** Cópia de demonstração da consagração; **i)** Justificativa e razão da escolha; **j)** Ofício nº 376/2026-SECULT solicitando parecer jurídico e demais documentos.

Era o que havia de interessante a relatar, passo a fundamentar.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Na análise da documentação submetida, impõe-se a formulação das considerações jurídicas a seguir, as quais se restringem à verificação da legalidade do procedimento administrativo em exame. Registra-se, desde logo, que a presente manifestação possui natureza estritamente opinativa, não se confundindo com ato de gestão, limitando-se à análise técnico-jurídica dos aspectos de legalidade, nos termos do art. 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021².

² BRASIL. Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília: Planalto, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm#art107. Acesso em: 08 jul. 2026.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nesse sentido, a atuação desta assessoria não abrange o exame do mérito administrativo nem das escolhas discricionárias efetuadas pela Administração, tampouco a conveniência ou oportunidade do ajuste, circunscrevendo-se à aferição da conformidade do procedimento com o ordenamento jurídico vigente.

Diante da natureza da solicitação e dos documentos constantes dos autos, passa-se à análise da legalidade do pedido de contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação.

Nesse tocante, é pertinente ressaltar, em primeiro lugar, que no âmbito procedimental, o Art. 37, XXI, da Constituição Federal³ estabelece a imperatividade da realização de procedimento licitatório para as contratações efetuadas pelo Poder Público, conforme se verifica abaixo, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Sob essa perspectiva, entende-se que a realização da licitação é, como regra geral, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Esse procedimento visa garantir o tratamento isonômico entre os eventuais interessados, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, somando o melhor preço ao alcance do bem/serviço que melhor satisfaça o interesse público, conforme disposto no art. 11 da Lei de Licitações nº 14.133/21.

Entretanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao estabelecer ressalvas para casos específicos previstos na legislação. De acordo com a doutrina de Torres (2024)⁴:

Quando a Lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor contratação

³ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jul. 2026.

⁴ TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 15ª ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024. p. 435.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica. [...]

Com isso, em consonância com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, o legislador contemplou situações em que a licitação se revelará inviável ou dispensável, facultando à Administração Pública a celebração de contratações diretas, sem a necessidade de procedimento licitatório.

A esse respeito, segundo a explanação de Carvalho Filho (2023, p. 219)⁵, é possível apresentar uma definição de contratação direta como “a celebração de contrato administrativo sem a realização de prévia licitação e, em consequência, sem o critério seletivo que rege as contratações em geral, nos casos enumerados na lei”.

Enfatiza-se que a contratação direta pode ser efetuada por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021. É imperativo realizar a distinção entre ambas, a fim de determinar qual opção se aplica ao caso concreto. Nesse contexto, observemos a concepção do autor Carvalho Filho (2023, p. 222), nos seguintes termos:

Na inexigibilidade, ocorre a inviabilidade de competição, de modo que, ainda que o administrador o desejasse, seria impossível realizar o procedimento licitatório. Na dispensa, diferentemente, ocorre a possibilidade de competição, mas a lei deixa a critério do administrador realizar a licitação ou fazer a contratação direta.

Sob esse ângulo, é fundamental salientar que a inexigibilidade de licitação se encontra respaldada na consagração da atração a ser contratada. Nesse contexto, a natureza peculiar e especializada do objeto contratual, justifica a inviabilidade da competição.

De plano, conforme dispõe o art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021, a licitação é inexigível quando for verificada a inviabilidade de competição nos casos que envolvam a contratação de profissional do setor artístico, que seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de

⁵ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 37. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023, p. 219-222.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Importante destacar que no presente caso, o processo de inexigibilidade é adotado em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, proporcionando a adequada realização do objeto contratual diante das particularidades que tornam a competição impraticável.

Desse modo, conforme análise dos autos, almeja-se a formalização da contratação do seguinte artista:

“BRUNO GARCIA”, representado pela empresa **ORAMA PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 14.434.728/0001-36, com apresentação prevista para o dia 19 de julho de 2026, pelo valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Em vista disso, ressalta-se que a Constituição Federal de 1988 atribui aos municípios a competência de proporcionar à comunidade vivências culturais, conforme estabelecido art. 23, inciso V, abaixo delineado:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] V - **proporcionar os meios de acesso à cultura**, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (grifo nosso).

A participação do espetáculo **"O Que a Cena Quer?"** no Festival de Inverno de Garanhuns – FIG mostra-se relevante, considerando tratar-se de evento tradicional do Município de Garanhuns/PE, reconhecido pela valorização da diversidade cultural e das múltiplas manifestações artísticas. A realização do espetáculo contribui significativamente para o fortalecimento das artes cênicas, a difusão do conhecimento sobre a linguagem teatral, a valorização da produção teatral brasileira e a formação cultural do público. Ademais, sua inclusão reafirma o compromisso da Administração Pública com a democratização do acesso à cultura, o intercâmbio de conhecimentos e o incentivo à valorização das artes cênicas.

O referido dispositivo constitucional consolida a responsabilidade municipal no fomento e na promoção de atividades culturais que enriqueçam a vivência da população. No presente caso, a contratação do espetáculo **"O Que a Cena Quer?"**, protagonizado por **Bruno Garcia**, para o evento em apreço, alinha-se a essa



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

prerrogativa, contribuindo para o fortalecimento das artes cênicas, para a difusão do conhecimento sobre a linguagem teatral, para a valorização da produção teatral brasileira e para a ampliação do acesso da sociedade à cultura, em consonância com a proposta multicultural do Festival de Inverno de Garanhuns – FIG 2026.

Nesse contexto, a Secretaria de Cultura fundamenta a presente solicitação de inexigibilidade de licitação para a contratação do espetáculo supracitado, em razão da reconhecida consagração do artista perante a opinião pública e da exclusividade de sua representação, circunstâncias que tornam inviável a competição, nos termos da legislação aplicável.

Dessa forma, ao analisar a normativa legal referente ao tema discutido, é possível inferir que o legislador reconhece a necessidade de empregar critérios subjetivos na seleção de profissionais do meio artístico em determinadas circunstâncias. Esse reconhecimento legal ressalta a peculiaridade e subjetividade inerentes ao campo artístico, demandando uma apreciação mais flexível e sensível na avaliação de propostas e talentos.

Neste aspecto, ensina Justen Filho⁶:

A atividade artística consiste em uma emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida, é impossível verificar-se a identidade de atuações. [...] Há casos em que a necessidade estatal relaciona-se com o desempenho artístico propriamente dito. Não se tratará de selecionar o melhor para atribuir-lhe um destaque, mas de obter os préstimos de artistas para atender certa necessidade pública. Nesses casos, torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diferentes performances artísticas. Daí a caracterização da inviabilidade de competição.

Destaca-se que a apresentação do espetáculo "**O Que a Cena Quer?**" no Festival de Inverno de Garanhuns – FIG, além de enriquecer a programação cultural do evento, contribui para o fortalecimento das artes cênicas, para a difusão do conhecimento sobre a linguagem teatral e para a valorização da produção teatral brasileira. Ademais, a reconhecida consagração de **Bruno Garcia** perante o público e a crítica especializada, aliada à singularidade da proposta cênico-pedagógica da montagem e à sua compatibilidade com a proposta cultural do Festival, constituem fundamentos para a contratação por inexigibilidade

⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

de licitação, considerando a inviabilidade de competição decorrente da natureza singular da apresentação artística.

A vista disso, como já mencionado anteriormente, tal solicitação encontra-se respaldada nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21. E como forma a complementar, está a redação do §2º, *in litteris*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] §2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

Analisando este dispositivo legal, para haver a contratação direta através de inexigibilidade, é necessário que a realização da contratação seja feita diretamente com o artista ou com o empresário exclusivo. No caso de haver exclusividade do empresário, esta deve ser comprovada por meio de contrato, carta, declaração ou documento similar, que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação no País ou em Estado específico.

Assim como, no art. 74, inciso II, demonstra a necessidade de comprovar a consagração nacional da atração a ser contratada, podendo ser perante a crítica especializada ou pela opinião pública. Por ser relevante ao caso em comento, destaca-se a doutrina de Torres⁷:

O que não se pode é admitir que sejam feitas contratações de artistas sem consagração relevante, sob o falso pálio de permissão dada pelo inciso II, do caput, do artigo 74, pelo simples fato de serem profissionais do setor artístico. Com base nesse raciocínio equivocado, favorecido pela omissão de alguns órgãos de controle, são diariamente contratados artistas e bandas musicais de todos os tipos e gostos, por valores que variam de acordo com o interesse do gestor ou de espúrios “acordos empresariais”. São comuns as denúncias de contratações de um mesmo grupo musical, com valores totalmente destoantes, fato aberrante sobre o qual se omitem algumas autoridades.

No caso em tela, verifica-se que a consagração nacional de **Bruno Garcia** encontra-se comprovada por meio da documentação acostada aos autos. Destaca-se, ainda, que o artista apresentou documentação comprobatória de que a contratação será formalizada por

⁷ TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 15ª ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024. p. 451.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

intermédio da empresa ORAMA PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI, da qual é sócio, conforme documentos societários constantes do processo. Dessa forma, cumpre informar que a contratação será formalizada por intermédio da referida empresa, em conformidade com a documentação constante dos autos.

Tal escolha encontra-se em estrita conformidade com as disposições legais vigentes, notadamente aquelas relacionadas à inexigibilidade de licitação, conforme previsto no inciso II do artigo 74 da Lei nº 14.133/21.

Outrossim, ressalta-se que a efetivação da contratação direta por meio da inexigibilidade impõe à Secretaria de Cultura o cumprimento de requisitos essenciais, os quais estão elencados nas normativas legais, mais especificamente no Decreto Municipal nº 049/2023. Essas disposições encontram-se delineadas no art. 24 do referido Decreto, estabelecendo critérios e condições que devem ser rigorosamente observados para a consecução do procedimento de inexigibilidade, resguardando a conformidade com as diretrizes legais aplicáveis.

Nessa vereda, oportuno se faz observar as disposições elencadas no mencionado artigo do Decreto Municipal deste município:

Art. 24. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído em conformidade com os requisitos legais e regulamentares, contendo no mínimo os seguintes documentos: I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, quando estes se mostrarem necessários; II - Valor estimado, que deverá ser calculado na forma estabelecida no art. 21 desta Lei; III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - Razão da escolha do contratado; VII - Justificativa de preço; VIII - Autorização da autoridade competente.

Com base nisso, frisa-se a relevância do cumprimento dos requisitos dispostos no artigo supracitado e no art. 72 da Lei nº 14.133/21, os quais emergem como elementos indispensáveis para a devida formalização da inexigibilidade em questão. A observância desses parâmetros se configura como um importante passo, assegurando não apenas a conformidade estrita com as normativas legais vigentes, mas também a regularidade intrínseca ao procedimento em apreço.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A esse respeito, nos termos da Lei nº 14.133/21, observa-se que o ordenamento jurídico vigente admite a flexibilização quanto à obrigatoriedade de apresentação de determinados documentos no âmbito dos processos de contratação pública, condicionando sua exigência à demonstração de necessidade no caso concreto.

Ressalte-se, contudo, que a eventual dispensa de requisitos formais não afasta a obrigatoriedade de observância dos princípios que regem a Administração Pública e as contratações administrativas. Assim, permanece imprescindível a análise quanto à adequação e suficiência dos elementos que instruem o processo, de modo a assegurar a conformidade legal do procedimento e o atendimento ao interesse público.

Nesse sentido, segundo a legislação federal, a apresentação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), pode ser dispensada, com base no art. 72, I:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; [...]

Na situação em questão, a Secretaria de Cultura decidiu não elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), levando-se em consideração que essa escolha se baseia na natureza dos serviços artísticos, que geralmente são insusceptíveis de competição. Dessa forma, o ETP presume-se tornar-se desnecessário, pois a escolha do artista não se fundamenta em critérios técnicos ou comparativos, mas sim na consagração pública para atender aos objetivos culturais e artísticos específicos da Administração Pública, conforme previsto na Lei de Licitações nº 14.133/2021.

Diante desse panorama procedimental, constata-se que o atual procedimento administrativo engloba uma requisição/justificativa detalhada acerca da necessidade do serviço a ser realizado. Ademais, inclui a autorização por meio do Documento de Formalização de Demanda, acerca do início do processo de contratação.

Sublinha-se que a estrita observância destas etapas é essencial para garantir a regularidade e transparência do processo de contratação por inexigibilidade. Nesse contexto, crê-se que a Secretaria de Cultura empreendeu esforços necessários para cumprir rigorosamente as exigências legais. Isso inclui a apresentação de documentação exigida, juntamente com as justificativas pertinentes, a fim de evidenciar o reconhecimento do artista



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

pela crítica especializada e pela opinião pública. Essa diligência visa respaldar de forma robusta a escolha da contratação através da empresa supracitada.

Conclui-se, portanto, que a hipótese analisada também exige a apresentação de justificativas devidamente fundamentadas quanto ao preço ofertado pelo artista escolhido pela Administração Pública, nos termos do art. 72, VII, da Lei nº 14.133/21. Tal apresentação objetiva a verificação de compatibilidade do cachê cobrado ao ente contratante com a contrapartida requerida pelo artista em suas apresentações anteriores, seja para a iniciativa privada, seja para outros órgãos/entidades da Administração Pública, motivo pelo qual tal consulta poderá incluir tanto o preço cobrado em eventos particulares como em eventos custeados por verba pública.

Nesse sentido, ressalta-se o que dispõe o artigo 23, §4º da Lei nº 14.133/21:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. [...] § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Assim, conforme informado pela Secretaria de Cultura na justificativa de preços e demonstrado por meio da memória de composição do preço e demais documentos acostados aos autos, o valor da contratação do espetáculo "**O Que a Cena Quer?**", protagonizado por **Bruno Garcia**, mostra-se compatível com a natureza singular da apresentação, a relevância da proposta cênico-pedagógica, a reconhecida trajetória profissional do artista, os custos específicos inerentes à execução do espetáculo e o conjunto documental constante dos autos.

Vale salientar que, tratando-se de contratação de profissional do setor artístico, o preço contratado deve ser devidamente discriminado, de modo a conferir transparência e permitir o efetivo controle da despesa pública, em observância ao disposto no art. 94, § 2º, da Lei nº 14.133/21, especialmente quanto à identificação dos custos que compõem o valor global da contratação:



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta. [...]

§2º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

No caso em análise, verifica-se que a secretaria demandante instruiu os autos com proposta de preços devidamente detalhada, contemplando a discriminação dos custos pertinentes à contratação, em consonância com as exigências legais acima mencionadas, o que permite aferir a razoabilidade do valor contratado e assegura a transparência do procedimento administrativo.

Quanto à regularidade referente à pessoa, física ou jurídica, a ser contratada pela Administração Pública, deve haver a aferição de aptidão jurídica, com espeque no art. 72, inciso V da Lei nº 14.133/21, o qual determina a comprovação dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para realização da contratação direta.

Dito isso, os requisitos de habilitação são aqueles exigidos em todo processo de licitação ou contratação pública, que estão previstos na Lei de Licitações nº 14.133/2021, e no caso em apreço, encontram-se juntados ao processo as certidões municipais, estaduais e federais, bem como as demais documentações pertinentes à empresa supramencionada.

Dessa forma, infere-se que o presente caso configura hipótese de inviabilidade de competição, diante da reconhecida consagração de **Bruno Garcia** perante a opinião pública e da contratação direta por intermédio de empresa da qual o próprio artista é sócio. Além disso, considerando a natureza do evento, que se insere no âmbito do poder discricionário do Administrador, autoridade competente e amparada pela legislação, verifica-se que a contratação por inexigibilidade de licitação se revela como a alternativa mais adequada para garantir a execução plena do objeto, em estrita conformidade com as disposições legais aplicáveis.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

IV - CONCLUSÃO

Diante o exposto, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos, bem assim diante das peculiaridades do caso concreto, sem adentrar obviamente, no que se refere à conveniência e oportunidade da contratação direta, **OPINA FAVORAVELMENTE**, esta Procuradoria Geral pela legalidade da contratação direta, **através de Inexigibilidade de Licitação**, para a contratação do artista “**Bruno Garcia**”, objetivando sua apresentação no evento "Festival de Inverno de Garanhuns", com espeque no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21, conforme solicitação contida no **Ofício nº 376/2026** e justificativa de razão e escolha, desde que todas as formalidades legais exigidas sejam plenamente atendidas.

Abstêm-se esta Procuradoria Geral de apreciar valores e/ou quantitativos, por carecer de tal competência. Ressalta-se que a análise contida neste parecer se restringe aos aspectos jurídicos acerca da possibilidade ou não de se efetuar a contratação por inexigibilidade pretendida, não tendo qualquer caráter técnico, econômico e/ou discricionário.

Recomenda-se, ademais, a estrita observância de todas as formalidades legais aplicáveis, com ênfase na obrigatoriedade de **efetuar a publicação do extrato do contrato correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme estipulado pelo artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e AMUPE.**

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Garanhuns, 08 de julho de 2026.

Paulo André Lima do Couto Soares
OAB/PE nº 16.106

Procurador Geral do Município de Garanhuns – Portaria nº 101/2025-GP